

Dualidade Corpo/Alma E A Exploração Do Trabalho No Modo De Produção Capitalista

Duality Body/Soul And Labor Exploitation In The Capitalist Production Mode

Lucas Guedes Vilas Boas

Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Especialista em Ciências Humanas e Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
E-mail: lucasguedes@nepomuceno.cefetmg.br

Carlos Alberto Mourão Júnior

Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo
Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail: carlos.mourao@ufjf.edu.br

Endereço: Lucas Guedes Vilas Boas

Endereço: Avenida Monsenhor Luís de Gonzaga, n. 103.
Centro, CEP: 37.250-000, Nepomuceno/MG, Brasil.

Endereço: Carlos Alberto Mourão Júnior

Endereço: Departamento de Fisiologia, ICB, UFJF. CEP:
36039-900. Juiz de Fora, MG.

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 10/10/2015. Última versão
recebida em 04/11/2015. Aprovado em 05/11/2015.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.

RESUMO

Por muitos séculos, o homem possuiu a crença que corpo e alma eram indissociáveis. Contudo, a tese dualística já apontada por Santo Agostinho e consolidada séculos depois com Descartes rompe com essa ideia da inseparabilidade do corpo e da alma. Inicialmente, tratar-se-á de como estes dois autores conceberam a dualidade corpo e mente em seus escritos. O presente trabalho almeja mostrar algumas das implicações da aceitação da teoria dualística entre corpo e alma no contexto científico-metafísico. A metodologia elegida para a realização deste artigo se pautava na leitura e análise de referências bibliográficas que versam sobre o mote discutido e fornecem o alicerce teórico-metodológico necessário para se discutir o tema em questão. Uma das principais repercussões da aceitação da teoria dualística para a sociedade foi a intensa exploração do corpo humano no processo de trabalho pelo modo de produção capitalista. Tentar-se-á evidenciar como a dissociação entre corpo e alma favoreceu a ampliação da exploração do corpo humano no que concerne ao processo capitalista de produção.

Palavras-chave: Dualismo. Corpo. Alma. Trabalho Humano. Capitalismo.

ABSTRACT

For many centuries, human has the belief that body and soul were inseparable. However, the dualistic thesis already pointed to Santo Agostinho and consolidated centuries after with Descartes breaks with this idea of the inseparability of body and soul. Initially, it will treat how these two authors conceived the body and mind duality in their texts. The present work intends to show some implications the acceptance of dualistic theory between body and soul in the metaphysical-scientific context. The methodology elected to the accomplishment of this article is guided reading and analysis of bibliographic references that deal about the theme discussed and provide the theoretical and methodological foundation needed to discuss the theme at issue. One of the main consequences of acceptance of the dualistic theory to society was the intense exploration of the human body in the capitalist mode of production. It will try to show how de dissociation between body and soul favored the expanding exploration of the human body and his work to the capitalist production process.

Keywords: Duality. Body. Soul. Human Work. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se necessária uma breve explicação conceitual de dualismo ou dualidade¹. Nesta obra, entender-se-á dualidade ou dualismo como o substantivo utilizado para assinalar acontecimentos, teorias ou coisas dessemelhantes, que em determinadas ocasiões, podem ser também opostos.

A dualidade entre corpo e alma vigorou durante muitos anos como teoria prevalente no mundo filosófico e até mesmo científico, repercutindo em inúmeros ramos da ciência e da vida econômica e social, como por exemplo, nas ciências médicas, na produção industrial e nos regimes trabalhistas. Sua influência foi mais realçada nos séculos XVII e XVIII, nos quais a sua aceitação era praticamente total. Contudo, enganam-se aqueles que pensam que o estudo deste dualismo não é importante no mundo atual, visto que atualmente resquícios dele ainda alcançam áreas científicas, aspectos socioeconômicos, entre outros.

O intuito deste trabalho é apontar a maneira pela qual a consolidação e a consequente aceitação da dualidade corpo e alma facilitou a exploração do corpo humano pelo modo de produção capitalista em jornadas diárias incessantes de trabalho, sobretudo no período pós Primeira Revolução Industrial, no qual os ideais dualísticos eram predominantes. Para tal, faz-se necessário evidenciar como o corpo humano se torna um território, a partir da separação em relação à alma. Isso o deixa susceptível à exploração aos moldes capitalistas, em busca da mais-valia. Far-se-á uma breve discussão do conceito de território para favorecer a compreensão de como se deu este processo.

O primeiro capítulo se destina a elucidar como se deram o surgimento e a aceitação da teoria dualística corpo/alma dentro do pensamento filosófico, enfatizando, sobretudo, as ideias e os escritos de Santo Agostinho e René Descartes, que foram os principais teóricos defensores desta dicotomia. Tentar-se-á também demonstrar como a distinção cartesiana entre *res cogitans* e *res extensa* veio a ratificar a dualidade corpo e alma. Pretende-se enaltecer como essa dicotomia finda por facilitar a transformação do corpo humano em território, no momento em que ele adquire autonomia em relação à alma.

Já no segundo capítulo, inicialmente tem-se a pretensão de evidenciar a territorialização do corpo humano. Ambiciona-se expor como o mesmo pode ser visto como território, tendo como pressupostos alguns conceitos de território advindos de áreas como a geografia e a sociologia urbana, cientificamente apreciada como as que mais trabalham com

¹ Durante todo o texto, os vocábulos “dualidade” e “dualismo” serão utilizados com o mesmo significado, sendo apreendidos aqui, portanto, como sinônimos.

esta temática. Vários autores apontam que o corpo do homem se torna território a partir do momento em que se conscientiza de sua individualidade e rompe com o misticismo outrora vigente. Assim, o ser humano passa a ter autonomia sobre o seu corpo.

Na sequência, tentar-se-á demonstrar como o modo de produção capitalista se aproveitou da dualidade corpo e alma proveniente da filosofia para a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores, sempre visando a obtenção e a maximização dos lucros. Para tal intento, torna-se imprescindível realizar algumas explicações conceituais acerca do capitalismo, com o uso de bibliografias de autores consagrados que dialogam com o tema, tanto defensores como críticos deste sistema. A visão mecanicista do homem, que o concebe como máquina, será enfatizada.

Algumas das relações existentes entre a privatização dos meios produtivos e a exploração do trabalho humano pelo capitalismo serão destacadas neste trabalho. Também será evidenciado o conceito de mais-valia e como se dá sua extração pelos capitalistas. Ambiciona-se mostrar assim, que qualquer mudança no campo do conhecimento filosófico, pode reverberar profundamente em alterações nos aspectos socioeconômicos.

2 METODOLOGIA

O aporte teórico-metodológico deste trabalho se balizou na leitura e análise crítica de referências bibliográficas que versam sobre os motes aqui discutidos. Optou-se pelo uso de obras de autores de diferentes áreas do conhecimento, pelo julgamento de que uma análise interdisciplinar pode oferecer uma visão mais holística do objeto em estudo.

Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da dualidade corpo/alma, que possui como escopo evidenciar como a aceitação desta teoria favoreceu e até mesmo justificou a exploração do trabalho e do corpo humano pelo modo de produção capitalista.

Procedeu-se a uma detida investigação das fontes primárias dos autores e temas abordados, bem como de algumas referências secundárias sobre os mesmos. Salienta-se ainda que, já que a pesquisa é de cunho bibliográfico e teórico, o método utilizado foi analítico e bibliográfico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Dualidade corpo/alma

Durante muitos séculos, os seres humanos acreditaram veementemente que corpo e alma eram algo único, uma espécie de amálgama. A partir desta premissa, era comum que se pensasse que qualquer lesão no corpo incidiria na alma e que algum mal da alma afetasse o corpo. Assim, ao comentar sobre os escritos de Homero, Reale (2002) comenta que até este período, corpo e alma permanecem indissociáveis. Só se separavam no momento da morte, visto que assim, a alma morre. O corpo, já sem funcionamento, pode então ser assim denominado, como no caso dos poemas homéricos. Homero entendia que a parte do corpo se remetia ao homem por completo, tanto em seus aspectos físicos como nos psicológicos.

Para ele, somente o homem morto (cadáver) possuía alma (*psyché*) e corpo (*soma*). A alma é representada nas obras homéricas, óbvio que sem esta denominação, e por intermédio de variados e complexos modos. Inúmeras vezes, Homero vincula os órgãos humanos a algumas atividades, que notadamente são de ordem psíquica. Isto pode ser percebido através de alguns vocábulos por ele empregados. O primeiro deles é o coração, que para ele é um órgão físico e sentimental. Muitas vezes, o coração era a parte que expressava o todo do ser humano. Diversas eram as relações feitas entre o corpo e os processos psíquicos, tais como as emoções. Considerava que o coração era acometido pelos sentimentos.

Para o homem primitivo, corpo e alma eram indissociáveis. Na sua ótica, as características psicológicas do ser humano eram decorrência de algo mítico. As suas qualidades transcendentais tinham uma realidade física. Sendo a personalidade algo individual, vê-se que o primitivo não a possuía. Assim, o homem pré-categorial se considera objeto, e não sujeito.

A ideia de pessoa surge quando se descobre o corpo, e destarte, a individualidade humana. Então, o corpo se opõe à universalidade, por ser algo primordial à individualidade. A física cartesiana promove o auge do inteligível. Isso promove a evolução da ciência moderna, pois faz do homem dominador da natureza. Atualmente, a união de corpo e alma é algo casual, visto que se dissociaram. Com a individualidade, o homem passa a ser sujeito, deixando de ser objeto. A má interioridade então passa a dizer respeito aos instintos biológicos, às atitudes avaliadas como irracionais do ser humano, entre outras.

É válido salientar que a individualização do corpo deu origem à noção de alma, aspecto inicial que foi preponderante para que futuramente houvesse a aceitação da oposição

entre corpo e alma. As personalidades divinas só puderam “surgir” após o descobrimento das individualidades, das personalidades do ser humano. Isso demonstra uma íntima relação entre antropologia e teologia. Como exemplo, tem-se que o homem se contempla através das divindades, pelas quais pode reverenciar sua individualidade.

As obras redigidas por Platão (428-348 a.C.) possuíram valor para a postulação do dualismo corpo/alma, pois ao criar a tese da separação entre corpo e alma, ele fornece algumas das bases para a formulação agostiniana desta dualidade. Na concepção platônica, a alma é a essência do homem, sendo o corpo um mero receptáculo dela.

De acordo com os escritos platônicos, corpo e alma são duas substâncias separadas e independentes, que pertencem a ordens e mundos distintos. O corpo pertenceria a um mundo mutável, dominado pelas aparências, e a alma, pertenceria ao mundo imutável. Mesmo residindo e sendo inerente ao corpo, seria anterior a ele. As essências dos objetos e acontecimentos pertenceriam à alma, que é composta pelas ideias humanas. A alma é considerada por Platão como algo superior ao corpo. Por conseguinte, quanto mais atrelado aos fatos espirituais e menos vinculado aos acontecimentos corpóreos estiver o ser humano, mais próximo da verdade e do conhecimento ele estará. Por isso, na ótica platônica, é a razão, atributo mental, que comanda o corpo.

O motivo pelo qual não se pode afirmar que Platão teorizou uma dualidade entre corpo e alma, é que apesar da diferenciação realizada pelo autor entre essas duas substâncias, ele defendia o fato de que na união corpo/alma, estas viriam a constituir uma única substância, proposição que será recusada pelos dualistas.

3.2 Dualidade corpo/mente em santo agostinho

O primeiro pensador que postulou a diferenciação entre corpo e alma foi Santo Agostinho, um dos principais filósofos da Igreja Católica, que discutiu em suas obras temas referentes à história e à filosofia. Viveu num período histórico de grande agitação, tendo presenciado ainda em vida, a invasão de Roma e o fim do Império Romano.

Para ele, o que diferenciava o homem vivo do cadáver e dos outros animais era o seu entendimento das coisas e dos fatos, que era pertinente à mente. Considerava a mente como algo não corpóreo, como uma imaterialidade. Segundo seus escritos, a mente se conhece enquanto conhece sua essência ou substância. Por conseguinte, a mente teria consciência de sua própria existência (MATTHEWS, 2007).

Ao caracterizar o que é mente, Santo Agostinho cria um rol de diversas funções mentais, como viver, recordar, pensar, entender, julgar, entre outras. Segundo ele, a mente humana pode pensar a respeito de algo que seja percebido pelos nossos sentidos, como uma música, um odor, uma imagem, entre outros. Neste caso, a memória estaria colocando esses momentos à nossa disposição. Em consonância com suas ideias, o ser humano pode refletir acerca de aromas, canções e paisagens que não viveu, mas que ouviu falar. Isso é possível, porque a mente humana, de acordo com sua visão, cria imagens mentais pautadas nas descrições dadas (IDEM, 2007).

Nos escritos agostinianos, a memória é concebida como o depósito das informações captadas pelo corpo humano. Reside neste ponto o vínculo que o autor enxerga entre corpo e alma. Acerca da memória, pronuncia Santo Agostinho:

Ali estão arquivadas, de forma distinta e classificadas, todas as coisas que foram introduzidas cada uma pela sua entrada: a luz e todas as cores e formas dos corpos, pelos olhos; todas as espécies de sons, pelos ouvidos; todos os odores, pela entrada do nariz; todos os sabores, pela entrada da boca; e, pelo sentido de todo o corpo, o que é duro, o que é mole, o que é quente ou frio, o que é macio ou áspero, pesado ou leve, quer exterior, quer interior ao corpo. Todas estas coisas recebem, para recordá-las quando é necessário, e para retomá-las, o vasto recôndito da memória e as suas secretas e inefáveis concavidades: todas estas coisas entram nela, cada uma por sua porta, e nela são armazenadas (SANTO AGOSTINHO, 2008, p. 54).

Na memória se escondem todos os pensamentos humanos. Na memória está tudo o que fora percebido pelos sentidos, excetuando-se aquilo que se foi esquecido. As artes liberais, como por exemplo, a literatura, entre outras, só existem factualmente, devido ao fato de existirem na memória dos indivíduos. Os números e os cálculos também são percebidos pelos sentidos do corpo e armazenados na memória. Existe também uma memória do esquecimento, que se baseia na memória com a qual a pessoa se lembra e no esquecimento, do qual ela se lembra. Tudo o que é reconhecido pelo ser humano está na memória. (IDEM, 2008)

Deus também pode ser encontrado na memória humana. Ao se questionar sobre em que lugar da sua memória se encontra Deus, Santo Agostinho mais uma vez distingue corpo e alma, afirmando que existe uma memória para as coisas corpóreas e outra memória, na qual se encontram as coisas da alma, tais como Deus. Para ele, o resto dos animais não possui esta memória da alma, e, por conseguinte, não têm a capacidade de se lembrarem de Deus. Só é possível alcançar Deus e chegar ao reino dos céus através do espírito. Para isto, o ser humano deve ir além da memória, visto que os demais animais também a possuem. (IDEM, 2008)

Prosseguindo, Matthews (2007, p.71-85) afirma que, conforme Santo Agostinho, a mente pensa em si própria, visto que nada está mais contido nela do que ela mesma. Nisto, basear-se-á a dualidade corpo e mente de Santo Agostinho, pois para ele, algo físico ou uma substância material não pode pensar sobre si mesma, pois não possui consciência de si. Isso corrobora o seu pensamento de que a mente é algo imaterial, distinta do corpo. Esse argumento contrapõe o pensamento de alguns filósofos materialistas, que acreditavam que a mente era constituída por alguma substância física. Para o autor, a mente pensa em algo físico somente por intermédio de uma representação mental.

Santo Agostinho retrata em sua obra *Confissões* que os sentidos humanos (olfato, audição, visão, entre outros), captados pelo corpo humano, podem influenciar nossos desejos e pensamentos. Então, para não cometer atitudes pecaminosas, o ser humano deveria controlar seus sentidos. Esta é uma nítida demonstração de que, embora Agostinho dualizasse corpo e alma, via relações entre ambos. Para ele, o homem deveria priorizar a alma, para controlar os desejos e as fraquezas do corpo, que na sua visão, não era algo ruim, já que é uma criação divina (SALINAS, 2012).

Fazem-se necessários alguns apontamentos relativos à distinção entre corpo e alma para Santo Agostinho. Sobre este mote, o autor (SANTO AGOSTINHO, 2008, p. 12) afirma: “Mas a alma é superior porque anima o corpo, comunicando-lhe a vida. E Deus é ainda superior à alma porque é nela a vida da sua vida. Por isso, só pela alma poderá o homem ascender a Deus.” Portanto, ele confere uma importância muito maior à alma que ao corpo, pois ela é responsável por animá-lo e por propiciar a ascensão até Deus.

De acordo com o pensamento agostiniano (IDEM, 2008), os sentimentos, tais como a alegria e a tristeza, são provenientes da alma, visto que o conhecimento destas emoções se fixa dentro da memória humana e não pode ser experimentado pelos sentidos corpóreos. A memória pode se recordar destas emoções ou sentimentos de modo proposital ou não. Para Santo Agostinho, a alegria procurada pelos seres humanos só se encontra quando está perto de Deus, seguindo suas palavras. Corroborando tais escritos, vale grifar o extrato abaixo:

Na verdade, mesmo estando triste, lembro-me da minha alegria, tal como, estando infeliz, me lembro da vida feliz; e nunca vi, nem ouvi, nem cheirei, nem provei, nem toquei a minha alegria com os sentidos do corpo, mas experimentei-a no meu espírito quando me alegrei, e o conhecimento dela fixou-se na minha memória para poder recordá-la, umas vezes com desdém; outras com desejo, consoante a diversidade daquelas coisas com as quais me lembro de ter-me alegrado (IDEM, 2008, p. 68).

Ele pensa somente ser possível alcançar Deus e chegar ao reino dos céus através do espírito. Para isto, o ser humano deve ir além da memória, visto que os demais animais também a possuem. Ele deve procurar no espírito as virtudes para chegar até Deus. Segundo o autor (IDEM, p.64-65):

Eis que eu, subindo pelo meu espírito até junto de ti, que estás acima de mim, irei além dessa minha força que se chama memória, querendo alcançar-te pelo modo como podes ser alcançado, e prender-me a ti pelo modo como é possível prender-me a ti.

Ele prossegue, afirmando que Deus é o responsável por eliminar os pensamentos promíscuos de sua alma, mesmo durante o sono. Acreditava que mesmo nos sonhos, Deus poderia intervir para que ele não pecasse, para que não se deixasse levar pelas "tentações da carne". A menção abaixo ratifica o pensamento agostiniano:

Acaso não é poderosa a tua mão, ó Deus onipotente, para sarar todas as enfermidades da minha alma e até para extinguir, por maior abundância da tua graça, todos os movimentos lascivos do meu sono? Aumentarás, Senhor, mais e mais, em mim, os teus dons para que a minha alma, liberta do visco da concupiscência, me siga até junto de ti, para que ela não seja rebelde para consigo, e para que, mesmo no sono, não só não cometa tais torpezas de corrupção, por meio de imagens sensuais, até ao fluxo da carne, mas nem sequer nelas consinta (IDEM, 2008, p. 76).

Outro aspecto que legitima o fato de que Santo Agostinho sopesava a alma como uma substância superior ao corpo jaz em sua opinião de que o corpo pode até se entregar aos deleites pecadores e aos prazeres proporcionados pela audição, mas a mente, considerada por ele como superior ao corpo (pois é ela que o levará até próximo de Deus), não pode ser entregue aos prazeres auditivos ou quaisquer que sejam. O autor discorre:

Mas o deleite da minha carne, ao qual não convém entregar a mente, que por ele seria necessariamente enfraquecida, engana-me muitas vezes, quando o sentimento não acompanha a razão de modo a ir resignadamente após ela, mas, além disso, uma vez que mereceu ser admitido por causa dela, tenta até ir adiante e guiá-la. Assim, sem me de dar conta, peço nestas coisas e depois dou-me conta disso (IDEM, 2008, p. 81).

Contudo, os escritos de Agostinho sobre corpo e alma não foram dominantes na ideologia de sua época. Corroborar-se isto pelo fato de corpo e mente continuarem sendo pensados e entendidos como algo único pelos estudiosos, cientistas e população em geral, por mais de um milênio. Ele falece no ano de 430, no mesmo século V, em que se inicia o período histórico conhecido como Idade Média, com a derrocada do Império Romano Ocidental.

No período medieval, pensava-se que a dor era uma prova da indivisão entre corpo e alma, visto que possuía um caráter cósmico e místico. Na Idade Média, corpo (matéria) e espírito estavam integrados. Algo que ilustra isto é o culto às relíquias, que intrinsecamente possuíam um apego às materialidades e também à questão mítica, espiritual. Para comprovar isto, tem-se o fato de que partes dos corpos de reis e santos falecidos eram guardadas e cultuadas em importantes igrejas (RODRIGUES, 2001).

Na visão cartesiana, extremamente pautada no mecanicismo, a dor era um indicativo de que havia algo errado, que deveria ser corrigido por meio de medicamentos ou outras técnicas. Neste momento, a dor é então despossuída de seu viés mágico, espiritual. Portanto, as obras de Descartes foram de grande valia, pois romperam com conceitos e pensamentos já cristalizados na filosofia e na ciência medievais, como por exemplo, a unidade corpo e mente.

3.3 Dualidade corpo/alma em René Descartes

De acordo com autores como Ávila (1997) e Moreira (2006, p. 86-87), é a partir da diferenciação entre *res cogitans* e *res extensa* promovida pela filosofia racionalista cartesiana, que se corroborará a dualidade corpo e mente na filosofia e nas ciências, de maneira geral. A *res cogitans* cartesiana seria a alma, enquanto que a *res extensa* seria o corpo, algo material que o homem possui.

Sobre o vocábulo dualismo, vale grifar que o mesmo foi cunhado por volta do ano 1700 para designar uma doutrina iraniana que cria em dois espíritos. Desde então, o termo é utilizado pela filosofia, pela teologia e pela ciência para assinalar fatos e coisas que são independentes uns dos outros, e que em alguns casos, também são antagônicos (ELIADE, 2003).

O intervalo abaixo, escrito pelo próprio Descartes, expõe a visão do autor sobre este mote:

Por aí compreendi que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste exclusivamente no pensar, e que, para ser, não precisa de nenhum lugar, nem depende de nada material. De modo que eu, isto é, a alma pela qual eu sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e até mais fácil de conhecer do que este, e, mesmo que o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é (DESCARTES, 1637/2001)

Descartes, assim como Santo Agostinho, considerava a alma como algo imaterial e independente ao corpo, enquanto que este seria a materialidade do ser humano. Formulou

várias hipóteses e pensamentos que defendiam uma visão mecanicista sobre as funções do corpo humano. Muito tempo antes de Descartes, Santo Agostinho (1993) já havia escrito:

Embora não sejamos iguais a Deus, estando, aliás, infinitamente distante dele, no entanto, como, entre suas obras, somos aquela que mais se aproxima da sua natureza, reconhecemos em nós mesmos a imagem de Deus, ou seja, da santíssima trindade, imagem que ainda deve ser aperfeiçoada para aproximar-se sempre mais dele. Com efeito, nós existimos, sabemos que existimos e amamos o nosso ser e o nosso conhecimento. Em relação a essas coisas, nenhuma falsidade nos perturba. Elas não são coisas como as que existem fora de nós e que conhecemos por algum sentido do corpo, como acontece com as cores que vemos, com os sons que ouvimos, com os odores quando os cheiramos, com os sabores quando os provamos, com as coisas duras e moles quando as tocamos, cuja imagem nos esculpimos na mente e, por meio delas, somos levados a desejá-las. (...) Com efeito, assim como conheço que existo, também conheço que me conheço. E quando amo essas duas coisas (o ser e o conhecer-me), acrescento a mim, cognoscente, esse amor como um terceiro elemento, de não menor valor. E também não me engano no amar-me a mim mesmo, porque não posso enganar-me naquilo que amo. E ainda que aquilo que amo fosse falso seria verdadeiro que eu amo coisas falsas, mas não seria falso que eu amo.

Em consonância com Rocha (2006), pode-se dizer que a visão cartesiana asseverava que as propriedades do corpo excluía as da mente, e vice-versa, e seria esta a causa para que na união entre essas substâncias, não formassem uma substância una. Para Descartes, o homem consiste num composto de corpo e alma, sendo entendido como uma íntima mistura entre essas duas substâncias, que são completas, distintas e excludentes. É Deus o responsável por promover uma íntima união entre essas duas substâncias.

Na Primeira Parte de seu “Discurso do Método”, Descartes (1637/2001, p. 5) atribui os vícios e as virtudes às almas, o que nitidamente já aponta uma distinção entre corpo e alma. Na sequência do texto, (IDEM, 1637/2001, p. 6) ele considera o pensamento e a razão como intrínsecos ao espírito. Esses são os únicos aspectos, que na visão cartesiana, diferenciam os seres humanos dos animais. Portanto, é a alma que diferencia os homens dos demais animais.

Já na Segunda Parte (IDEM, 1637/2001, p. 20-21) da mesma obra, Descartes vê o conhecimento como algo restrito, sendo pertinente somente ao espírito, à alma, independentemente do corpo. Atualmente, sabe-se que o conhecimento é alvitre também de fatores tipicamente físicos, corporais. Os estudos recentes comprovam que o corpo possui mecanismos que captam as informações que são armazenadas em porções do nosso cérebro. Para este mesmo autor, o pensamento é a essência da alma, e seria algo intimamente atrelado a ela.

De acordo com seus escritos (IDEM, 1637/2001, p. 38), pode-se afirmar que Descartes acreditava que o pensamento assegurava a existência humana. Logo, se a habilidade de pensar

é pertinente à mente, ele acreditava que a mente ou alma, era o que dava a consciência ao ser humano, diferenciando-lhes dos outros animais.

O argumento cartesiano supracitado evidencia uma semelhança entre seu pensamento e o agostiniano, visto que para o segundo autor, o que diferencia os homens dos demais animais é o seu poder de entendimento, que deriva da capacidade de pensar, inexistente nos outros seres.

Na essência, a alma é só pensamento. Esta é uma forte diferença entre as ideias cartesianas e os escritos da Escolástica². Descartes (1641/1999) critica a visão da Escolástica sobre a união corpo/alma, alegando que segundo o pensamento dos escolásticos, alma e corpo não poderiam ser chamados de substâncias, visto que são incompletos, e para algo ser substância, deve possuir completude em si mesmo. Este é o principal argumento cartesiano utilizado para a defesa da união corpo/alma, sobretudo na Sexta Meditação, apesar de manter sua tese dualística, desenvolvida intensamente a partir da Segunda Meditação.

O próprio Descartes (IDEM, 1641/1999), na Segunda Meditação, disserta que cada substância pode ter apenas um atributo essencial. As propriedades ou atributos essenciais do corpo (extensão) e da alma (pensamento) são opostos, e por isto, se repelem. Descartes, de maneira análoga a Santo Agostinho, também lista algumas propriedades da alma, como os atos de pensar, sentir, caminhar, entre outros. A parte da alma que não envolve o corpo é o pensamento. Como o pensamento é o atributo primordial da alma, e ele não necessita da materialidade do corpo, estes conseqüentemente, se excluem.

Descartes (1637/2001, p. 38) expõe que a alma existe independentemente da existência do corpo, do mundo ou de lugar algum. O próprio fato de o indivíduo ser capaz de pensar sobre a inexistência de algo assevera a existência de algo dotado da capacidade de pensar, o cérebro. No que se refere à opinião cartesiana sobre a constituição do corpo e da mente humanas, Rocha (2006, p. 139) narra: “A saber, a extensão em comprimento, largura e profundidade constitui a natureza da substância corpórea e o pensamento constitui a natureza da substância pensante.” Destarte, a extensão, num viés mais físico e mensurável, seria o principal atributo do corpo humano, enquanto que o pensamento seria o atributo basilar da mente humana.

² Sucintamente, pode-se dizer que a Escolástica foi o ensino filosófico-teológico da teoria tomista aristotélica, que entre seus feitos, levou à negação da existência de materialidades nos seres angelicais, à crença de que o conhecimento era apreensível por intermédio dos sentidos, à afirmação da dependência humana em relação a Deus, entre outros aspectos. Alguns de seus principais objetivos se constituíram em resolver os dilemas existentes na relação entre fé e razão, entre pensamentos e desejos, estudar a provável existência de Deus, entre outros intentos. Portanto, a escolástica é concomitantemente racional e religiosa, por se assentar sobre as bases teóricas da filosofia e do cristianismo. Algo um tanto paradoxal. À filosofia seria reservada a função de provar racionalmente a existência e a natureza de Deus.

A própria autora (IDEM, 2006) enuncia que para Descartes, cada substância pode ter apenas um atributo essencial. As propriedades ou atributos essenciais do corpo (extensão) e da alma (pensamento) são opostos, e por isto, se repelem. Ele, de maneira análoga a Santo Agostinho, também lista algumas propriedades da alma, como os atos de pensar, sentir, caminhar, entre outros. A parte da alma que não envolve o corpo é o pensamento. Como o pensamento é o atributo primordial da alma, e ele não necessita da materialidade do corpo, estes acabam se excluindo.

Em seus escritos (1637/2001), ele pensa existirem dois tipos de memória: uma memória mais sensível, referente ao corpo, e uma memória completamente intelectual, relativa à alma. Embora acreditasse na distinção entre corpo e alma, o autor pensava existir algo que ligasse o corpo material com a alma imaterial. Essa conexão entre eles seria feita pela glândula pineal (PETRIC, p. 13-16).

A título de curiosidade, cabe salientar que somente após Descartes e a distinção entre corpo e alma, que as dissecações se tornam comuns e despossuídas de seu viés mágico, espiritual. Na visão cartesiana, a dor era um indicativo de que havia algo errado, que deveria ser corrigido por meio de medicamentos ou outras técnicas. Ressalta-se que os condenados e indigentes foram os primeiros a terem seus corpos dissecados para estudos após o óbito, pois deviam pagar de alguma forma pelos crimes ou tratamentos de saúde, respectivamente.

Teixeira (1994, p.03-04) diz: “Mas a filosofia de Descartes (o cartesianismo) serviu para reacender um debate que atravessa todo o pensamento moderno: a polêmica entre o *monismo* e o *dualismo*.” De maneira bem sintética, pode-se proferir que o monismo é a teoria que acredita na existência de um único tipo de substância no mundo e que, por isso, crê na unicidade corpo e alma. Segundo os monistas, algo que afeta a alma repercute obrigatoriamente no corpo e vice-versa. Já o dualismo, estabelece a distinção entre corpo e alma, na qual mente (alma) e matéria (corpo) possuiria características completamente dessemelhantes, e muitas vezes antagônicas.

É a partir do dualismo corpo e alma proposto por Descartes que se dá a diferenciação mental/físico, comumente utilizado até nos tempos contemporâneos. Smith (2000) aponta que atualmente e em escala global, todos os fenômenos que se arrolam ao ser humano, são divididos em físico ou mental. Em muitos casos, diz o autor, o pertencimento a uma destas classes acarreta na exclusão da outra.

Para Descartes, o corpo é um objeto semelhante a um relógio, podendo, portanto, ser estudado pela ciência. Na sua visão mecanicista³, Descartes (1637/2001) entendiam os corpos dos seres humanos e dos animais como máquinas. Assim, mais uma vez se corrobora o fato de que, para o autor, o que nos diferencia dos animais é a alma. Castro *et. al* (2006, p. 40) afirmam que “Descartes, imerso neste contexto, postulou a separação total da mente e corpo, sendo o estudo da mente atribuído à religião e à filosofia, e o estudo do corpo, visto então como uma máquina, era objeto de estudo da medicina”.

Já com o Iluminismo, surgido no cenário europeu no século XVIII, corpo e alma passam a ser totalmente antagônicos, solidificando, portanto a teoria cartesiana. Outras revoluções acontecem: o corpo humano deixa de ser sujeito e se torna objeto, a morte passa a ser relativa à Medicina e à família, a ideia de higiene passa a vigorar, entre outras.

Incumbe frisar, que no mundo medieval, o cadáver ainda era sujeito e respondia legalmente pelos seus atos e compromissos. No século XVIII, os cadáveres se tornam meros restos mortais (objetos), sem nenhuma significância. Já está alicerçada a oposição corpo/alma, e até mesmo as atitudes religiosas e para com os condenados se alteram. Desde este marco, a alma passa a ser considerada mortal. Se finda a crença na infinitude do homem. Portanto, doravante não há meios para se evitar o fim, a morte.

Estudos recentes, como o de Werlang (2006)⁴, indicam que existem grupos que baseiam seus modos de vida na crença da dualidade corpo e alma. Ratifica-se, destarte, a atualidade e a relevância dos estudos relativos a esta dualidade, visto que inúmeros grupos culturais ainda baseiam seus modos de vida nesta crença.

Para que o ser humano viesse a ser concebido como um ser estritamente biológico, foi preciso que surgisse a dicotomia corpo e alma. Quando o corpo se dissocia da alma, abrolha então a noção de corpo-ferramenta, que de certa maneira, territorializa o corpo humano e facilita a sua exploração pelo modo de produção capitalista através do trabalho. A territorialização do corpo humano após a consolidação e a aquiescência da teoria dualística corpo/alma será discutida no capítulo seguinte.

³ O mecanicismo seria um modo de ver e conceber o homem que se opunha ao vitalismo. O mecanicismo é uma doutrina filosófica, profundamente baseada nas teorias elaboradas por René Descartes e Gottfried Wilhelm Leibniz no século XVIII, que apregoava que todos os fenômenos podiam ser explicados pelas leis físicas da matéria e do movimento. Já o vitalismo, buscava, em linhas gerais, explicar a natureza da vida como resultante de forças vitais que são intrínsecas a todos os seres vivos.

⁴ WERLANG, Guilherme. **De Corpo e Alma**. Em: Revista de Antropologia. USP. São Paulo. 2006. p. 165-201. Nesta obra, o autor elucida as noções duais de corpo e alma existente entre os integrantes da tribo dos Marubo, localizada na região sudoeste da Amazônia brasileira. Para tal, ele se utiliza dos movimentos ritualísticos, dos cantos e da arte tribais, assim como das tradições culturais dos Marubo, intentando reforçar a maneira como eles enxergam a alma e o corpo.

3.4 Modo de produção capitalista, exploração do trabalho e a territorialização do corpo humano

3.4.1 O corpo humano como território

De acordo com Georges Gusdorf (1979), quando o ser humano primitivo supera a representação mítica, ganha consciência de seu corpo, e, por conseguinte, de sua individualidade. Neste momento, ele obtém sua autonomia pessoal, não se entendendo mais como apenas uma parte do todo comunitário. Esta autonomia vai se territorializar no corpo, que é o lugar fixo para o seu “eu” psicológico, para sua individualidade. Portanto, o corpo passa a ser um território que expressa a individualidade de cada ser humano.

Já no período industrial, quando a manufatura se transforma em fábrica através do maquinismo, o homem se torna recurso a ser utilizado pelo sistema fabril. Sobre tal fato, Ruy Moreira (2006, p. 61) abaliza que:

(...) o homem é um entre outros tantos corpos, como o minério de ferro e o carvão mineral, que o sistema fabril vai retirar do entorno para consumir industrialmente; por outro, é uma forma distinta de natureza, porque lida com ela numa relação de sujeito e objeto.

O fragmento retrocitado ressalta o fato de que a indústria enxerga o homem como um entre os outros tantos corpos físicos existentes na natureza, como um recurso natural a ser utilizado no processo produtivo. Não obstante, os industriais conseguem se beneficiar do fato de que o homem se relaciona com a natureza enquanto sujeito e objeto, visto que age sobre ela e é atingido por seus acontecimentos. Para o capitalista, tal situação é valiosa, visto que o homem além de poder trazer riqueza através de seu trabalho corporal, também pode transformar os demais recursos naturais dentro do processo produtivo industrial.

David Harvey (1996) diz que para Foucault o espaço do corpo humano é onde se exercem as forças de repressão, de disciplina, de punição, entre outras. Portanto, sob a ótica foucaultiana, o corpo humano encontra-se constantemente submetido à autoridade.

Conforme aponta Foucault (2011), no período industrial há um controle meticuloso das operações corporais dentro das fábricas. Isso faz com que os corpos dos proletários industriais sejam dóceis, ao mesmo tempo em que possuam utilidade, ou seja, exerçam funções inerentes ao processo produtivo. A estes métodos e relações de dominação e de

docilização do homem, Foucault denomina disciplina. O autor ainda narra que essa disciplina instituída nos séculos XVII e XVIII se difere das demais já existentes, visto que nela obediência e utilidade são variáveis diretamente proporcionais. Isto explica, em partes, o interesse em docilizar os corpos e o intenso poder disciplinar exercido nas indústrias.

O corpo humano torna-se então, um território sobre o qual os grandes industriais terão quase que poder absoluto. Isso se corrobora nos relatos de Engels (1975) sobre as punições impostas nas fábricas inglesas aos funcionários indisciplinados e de baixo rendimento. Na medida em que o corpo humano é apropriado pelos capitalistas para o processo produtivo e sobre ele são exercidas relações de poder, pode-se afirmar que ele é de fato, um território.

Raffestin (1993) afirma que a constituição do território se dá pela apropriação do espaço, através da qual se dariam relações de poder, e que esta seria dotada de objetivos, de intencionalidades. Então, o território se configura como o espaço apropriado resultante de alguma ação, seja ela concreta ou abstrata. O próprio autor narra que as relações de poder se traduzem no território. A exploração da massa trabalhadora e sua submissão às leis do capital refletem nitidamente as relações de poder existentes entre aqueles que detêm os meios produtivos e os que não os possuem.

3.4.2 Exploração do trabalho: o homem como capital vivo

Com a vigência do modo de produção capitalista, a alma é valorizada, enquanto que o corpo é gradativamente desprezado. Isso permite o uso do corpo para o trabalho através de meios exploratórios. O corpo se torna objeto de estudos médicos e científicos. Assim, ele passa a ser perfurado e dissecado para observações em larga escala, o que não ocorria na Idade Média. Quando o morto perde seus simbolismos e vira “coisa”, põe fim a algumas verdades, como a da ressurreição e das visões místicas sobre o corpo.

Já a partir do século XVIII, com o desenvolvimento industrial e capitalista, há a preocupação com a saúde da mão-de-obra trabalhadora, considerada como “capital humano” (devido ao fato de que por intermédio dela era possível a obtenção de lucro), de modo que esta pudesse ter uma alta produtividade, para o não comprometimento da produção. Tem-se o ápice da ideia do “corpo-ferramenta”. A saúde infantil, que era desprezada no período medieval, ganha importância agora, pois os menores também contribuíam no processo produtivo. As desgastantes e excessivas jornadas de trabalho são pautas das reivindicações dos manifestos trabalhistas, visto que ocasionavam condições deletérias à saúde do

trabalhador. O maquinário começa a substituir o operário nas fábricas. No que concerne à ótica do sistema fabril acerca da natureza e do homem, Ruy Moreira (2006, p. 61) escreve:

Deste modo, a natureza é vista pela fábrica como um amplo e inesgotável arsenal de recursos a ser transformado em produtos de valor econômico. E a fábrica nasce, assim, como uma máquina altamente consumidora de corpos. O corpo humano é um desses corpos. Contudo difere dos outros corpos pelo seu valor-de-uso específico, justamente o de força física e mental capaz de arrancar a matéria-prima bruta da natureza e transformá-la em produtos próprios ao uso e consumo no âmbito da fábrica. E vale para o sistema na medida em que é força-de-trabalho.

Cabe ressaltar que a transição da manufatura para o sistema fabril se dá através do maquinismo. Na lógica fabril, a natureza é entendida como fornecedora de recursos e fonte de riquezas e o homem se transforma no ser que altera a matéria-prima retirada da natureza até gerar o produto final a ser vendido. Neste contexto, ambos passam a ser vistos como fatores produtivos.

Sobre a transformação do homem em capital vivo por intermédio da exploração de seu trabalho, Karl Marx (2006, p. 123) expõe que:

Apesar disso, o *trabalhador* tem o infortúnio de ser um capital vivo e, conseqüentemente, com *necessidades*, que em cada momento em que não trabalha perde os seus juros e, portanto, a existência. Enquanto capital, o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua *existência física*, a sua *vida*, foi e é avaliada como uma oferta de *mercadorias*, parecida com qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador.

O intervalo supracitado evidencia a exploração que o modo de produção capitalista impõe à parcela majoritária da classe trabalhadora, que possui em muitos casos como única opção a venda de sua força de trabalho ao capitalista. Moreira (2006, p. 87-88) explica que o homem, sobretudo após a Primeira Revolução Industrial se converte em homem-força-de-trabalho.

3.4.3 Assalariamento e mais-valia

Contudo, ao ofertar sua força de trabalho, na maioria dos casos, o trabalhador é explorado, pois não recebe remuneração proporcional ao valor do seu trabalho. Esta é uma das alternativas do capitalista de maximizar seus lucros. Quando o assalariamento se consolida como forma de trabalho predominante em escala global, favorece o

desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema econômico. Acerca do mesmo, Callinicos (2006, p. 265) afirma:

Um dos pressupostos básicos do capitalismo como sistema econômico é que a maioria da população não possui nenhuma alternativa aceitável à opção de vender sua força de trabalho em termos suficientemente desfavoráveis para conduzi-los a sua exploração.

A partir do século XVI, surge fortemente a ideia de propriedade. Nesta, o corpo é entendido como propriedade da qual se tem a posse e se pode realizar a venda. Estas são as premissas estabelecidas para o surgimento e a difusão do trabalho assalariado. Como o capitalismo possui como um de seus pilares a produção, este necessita do consumo para lograr lucros. O assalariamento converteu o homem que já era força produtiva em consumidor. Acerca do salário, Marx (2006, p. 65) relata:

O *salário* é determinado pela luta árdua entre o capitalista e o trabalhador. O necessário triunfo do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o contrário. A união entre capitalistas é comum e competente, enquanto a união entre trabalhadores é proibida e traz-lhes os mais árdios resultados. Ainda mais, o proprietário e o capitalista podem completar os seus ganhos com os lucros da indústria, ao mesmo tempo em que o trabalhador não tem renda da terra nem mesmo juros sobre o capital para acrescentar ao seu salário industrial. Assim, vem a magnitude da concorrência entre os trabalhadores.

Como o trabalhador é desprovido da posse dos meios produtivos, sua principal fonte de renda se encontra no salário. O problema reside que ao se tornar um trabalhador assalariado, o indivíduo é inserido num quadro de extrema dependência com relação aos capitalistas proprietários dos meios de produção. A propriedade privada dos meios de produção, tipicamente capitalista e concentrada nas mãos de poucos privilegiados, acarreta na desmesurada exploração do trabalho humano, que incide na deterioração dos corpos humanos, concebidos neste âmbito como uma máquina, num viés extremamente organicista.

De acordo com Friedrich Engels (1975), no pós-Primeira Revolução Industrial houve uma significativa redução das remunerações pagas e a ampliação das jornadas diárias de trabalho. Com tamanha exploração do trabalho e da mais-valia, surgem alguns movimentos operários que reivindicavam melhores condições de trabalho dentro das fábricas e que lutaram contra a profunda exploração do trabalho operário nos ambientes fabris, a insalubridade nos locais de serviço, a transformação do homem em máquina, entre outros motivos.

A extração da mais-valia é um dos aspectos que fazem com que o assalariamento seja prejudicial em diversos âmbitos ao trabalhador. Outro ponto é o fato de que com o

assalariamento, a parcela majoritária dos homens se vê desprovida dos meios produtivos, sendo sua remuneração a única forma de acesso aos bens e produtos necessários, o que o coloca à mercê da exploração dos industriais. Tal mote será tratado num subcapítulo mais adiante. No que incumbe à mais-valia, SAAD FILHO (2001, p. 31) expõe que:

Mais precisamente, os trabalhadores vendem no mercado sua capacidade de trabalho, ou força de trabalho, e são pagos pelo valor dessa força de trabalho. (...) A diferença entre o valor produzido pela classe trabalhadora e o valor da força de trabalho é a mais-valia. A mais-valia aparece como lucro, o resíduo após o pagamento dos custos de produção. Em resumo, no capitalismo, os trabalhadores são explorados porque eles produzem mais valor do que controlam ou recebem como salário.

Com o assalariamento, os seres humanos vendem sua força de trabalho em troca de uma remuneração, um valor pago pelo uso desta força. Sendo a mais-valia a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e aquele pago pela sua força de trabalho, ela se constitui numa das principais formas de exploração do trabalho humano, ao mesmo tempo em que é parte integrante do lucro obtido pelo capitalista.

No que se refere à obtenção da mais-valia, Marx (1983, p. 957) disserta que a mais-valia é impetrada por meio do trabalho excedente não-pago, que vai além do valor do salário e origina uma parcela do valor do produto. Em seguida, a mais-valia se divide em lucro e renda fundiária. Em síntese, a mais-valia não é conseguida na venda da mercadoria acima de seu valor real, sendo obtida antes, na remuneração inferior ao valor do que o trabalhador produziu. Por conseguinte, a existência da mais-valia presume necessariamente a exploração da classe trabalhista.

3.4.5 Visão mecanicista do homem: o homem-máquina

Termos amplamente difundidos mundo afora, como as noções de corpo-ferramenta e homem-máquina favoreceram a exploração do homem e de sua força de trabalho, visto que pensam que os danos causados ao corpo humano não reverberam para a alma. Sobre a propagação e a aceitação da visão do homem como máquina, Michel Foucault (2011, p. 132) assinala:

O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuam; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo.

O que Foucault pretendeu realçar em seus escritos foi o fato de que a visão mecanicista do homem implantada pelo pensamento cartesiano encontrou aceitação e discípulos em inúmeras áreas. De um lado, estão os médicos e filósofos, que em seus estudos e obras corroboraram a dualidade corpo/alma e o entendimento do corpo humano como uma máquina. De outro, se encontram os vinculados a aspectos políticos e técnicos, responsáveis por utilizarem e defenderem a noção de homem-máquina, visando comandarem os mecanismos dos corpos humanos. Um corpo doutrinado e com movimentos perfeitos poderia ser útil para fins militares, em caso de prélios, e para objetivos fabris, pois a indústria se pautou por muito tempo nos movimentos repetitivos dos operários.

Com relação à transformação do homem em máquina, em mera parcela do processo produtivo, Marx (2006, p. 69) narra que:

Desta forma, mesmo na conjuntura da sociedade que é mais favorável ao operário, o resultado fatal para o trabalhador é o trabalho exagerado e a morte precoce, a deterioração em máquina, a submissão ao capital que se acumula em intimidante oposição a ele, nova concorrência, a morte à fome ou a mendicância para uma parcela dos trabalhadores.

O trecho acima alude à mecanização do homem, realçando as condições deletérias dos trabalhadores nas fábricas no século XIX. O operário encarado como máquina, deveria proporcionar o maior contingente possível de mercadorias e lucratividade ao industrial. Contudo, a outra opção existente para ele era entregar-se à miséria, visto que, caso não se submetesse à exploração do capital, não possuiria salário nem meio produtivo algum para alcançar os bens de que necessitaria. Foucault (2011, p. 131) faz uma interessante descrição sobre a transformação do soldado oitocentista em máquina. Segundo o autor:

Segunda metade do século XVIII: o soldado se tornou algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”.

Vê-se no trecho acima um comentário acerca do processo de adaptação dos soldados às posturas exigidas no século XVIII, que visava à obtenção de melhores resultados nos embates travados. Analogamente a uma máquina, o soldado deveria ter posições e movimentos perfeitos, para que conseguisse ser exitoso nas guerras,

Ainda no que concerne ao exército, deve-se grifar que para os Estados faz-se necessária uma quantidade razoável de homens jovens e saudáveis, que em caso de um possível conflito, possam compor o exército nacional. Tal quantitativo populacional também é essencial em outros setores.

No que tange à questão demográfica, merece ênfase sua importância perante o Estado capitalista, pois a população é um dos alicerces que sustentam o crescimento econômico de um país. A economia e a indústria necessitam de uma determinada quantidade de trabalhadores hábeis e aptos ao trabalho. Quando este quantitativo de trabalhadores vai se escasseando, o Estado intervém com algumas medidas que visam a manutenção de sua mão-de-obra. No decurso da história, foram vários os eventos em que os Estados intervieram diretamente na saúde pública com o nítido intuito de assegurar sua População Economicamente Ativa⁵.

Até mesmo os medicamentos, tais como os antibióticos, se inserem na lógica do capital em sua busca incessante de lucratividade, pois são essenciais para elevar a expectativa de vida da população. Uma população mais saudável e com esperança de vida interessa ao sistema, pois faz crescer a produtividade industrial, e conseqüentemente, os lucros.

3.4.6 Controle do trabalho e disciplina dos corpos

Algumas das maneiras encontradas pelos industriais capitalistas para a elevação da produtividade fabril eram o controle⁶ e a disciplina dos operários, além da aplicação de punições. Neste sentido, a obra foucaultiana “Vigiar e Punir” traz grandes contribuições ao intento deste trabalho. Nesta obra, o autor mostra que ao longo do século XIX, formou-se toda uma gama de instituições e técnicas destinadas a controlar, a disciplinar tudo o que fosse considerado anormal na sociedade. Tais eram os mecanismos, os dispositivos de exercício do poder que ambicionavam uma vigilância da totalidade social.

⁵ A População Economicamente Ativa (PEA) se refere a todos os trabalhadores de um país que estejam na faixa etária correspondente aos que não são mais idosos, nem crianças. No caso brasileiro, por exemplo, tem-se que a População Economicamente Ativa vai de 15 a 64 anos, visto que segundo a legislação nacional, a partir dos 15 anos o trabalho é permitido (com algumas regras específicas) e que 65 anos é a idade para se aposentar em território tupiniquim.

⁶ Ressalta-se aqui, que o taylorismo foi o primeiro sistema produtivo a implantar um controle extremamente rígido do trabalho dos operários, sendo que Taylor em sua teoria cria que a presença de um funcionário responsável por vigiar o trabalho dos demais acarretaria num acréscimo na produtividade industrial. O fordismo e o toyotismo ou pós-fordismo, que sucederam temporalmente o taylorismo, mantiveram esse intenso controle do trabalho operário nas fábricas, objetivando sempre uma maior produtividade e maiores lucros.

Destarte, a disciplina possui então, no período industrial, a incumbência de desenvolver as habilidades, de racionalizar e acelerar os movimentos corporais dos operários, entre outras ações, tudo em prol do crescimento da produtividade. A propósito deste intervalo temporal, Foucault (IDEM, p. 199) narra que: “As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis.” Portanto, o poder disciplinar possui como um de seus intuitos o viés essencialmente utilitarista, de tornar os homens e mulheres em instrumentos que possam ter alguma serventia.

Ruy Moreira (2006, p. 87) narra que: “Com a Revolução Industrial e o surgimento da fábrica, instaura-se a mecanização do trabalho e cria-se o homem-trabalhador, visto como parte dessa engrenagem”. O capitalismo industrial floresce profundamente baseado no ideal da disciplina, sobretudo com o trabalho do Operário, que deve seguir um determinado ritmo. Neste sentido, o advento do relógio surge como uma ferramenta crucial ao controle do trabalho por parte dos capitalistas, à elevação da produtividade, à redução da porosidade (tempo em que o trabalhador fica parado) e, por conseguinte, à ampliação dos lucros. Michel Foucault (2011, p. 144-146) ressalva que uma das formas de controle das atividades e de se disciplinar o operariado é através do horário, pois o relógio ao permitir a medição do tempo, favorece a disciplina do corpo humano no trabalho e reduz o tempo gasto pelo mesmo nas atividades fabris.

É notável a maneira como a tese dualística cartesiana influenciou o período seguinte à Primeira Revolução Industrial, promovendo a ampliação da carga horária diária média de trabalho. Autores como Karl Marx e Friedrich Engels denunciaram o expressivo acréscimo na jornada de trabalho dos ingleses, visto que esta nação foi o palco desse primeiro momento de ebulição industrial do mundo. No que se refere às modificações nas jornadas de trabalho decorrentes da Primeira Revolução Industrial, Marx (2006, p. 73) diz:

Finalmente, devemos acolher as *horas de trabalho* normais, hoje e no passado. Para os trabalhadores ingleses da indústria do algodão, subiram de doze a dezesseis horas por dia nos últimos vinte e cinco anos, ou seja, precisamente desde a introdução do maquinário que economiza trabalho, devido à voracidade dos empresários.

O extrato acima ilustra como na Inglaterra, palco da revolução industrial inicial, as jornadas de trabalho elevaram-se, apesar do fato de que o maquinismo, em tese, deveria poupar o trabalho do operariado. Contudo, os empresários encontraram no sistema maquinista e na indústria têxtil a oportunidade de maximizarem suas rendas de forma análoga à evolução das progressões geométricas.

Foucault (2011, p. 189) evidencia como desde princípios do século XIX, o poder disciplinar se institui regularmente na vida social, exemplificando através dos casos das penitenciárias, instituições de ensino e de saúde, entre outros. Na página seguinte, o autor afirma que os panópticos foram criados inicialmente para a vigilância dos detentos nas penitenciárias, e que posteriormente, se difundiram para diversas instituições.

Sendo assim, percebe-se que o panoptismo possui como intuito vigiar, inspecionar os locais e os seres humanos. No que concerne à indústria, um dos principais objetivos do panoptismo era elevar a produtividade, através do sistemático controle das atividades fabris. Acerca da profunda relação entre o surgimento do panoptismo e o poder e suas múltiplas relações, Foucault (1979, p. 160) diz que: “O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção”. Ratifica-se, deste modo, o imenso valor do panoptismo, enquanto instrumento de controle e vigilância institucional e social para o desenvolvimento das relações de poder do período retratado. Sobre esta temática, o mesmo autor (2011, p. 192), em outra obra proclama que:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição.

Portanto, aspecto essencial da presença do panóptico numa instituição é que ele insere nos indivíduos que ali se encontram certa sujeição, visto que ao terem conhecimento da vigilância e da visibilidade total do panoptismo, eles engranzam em si relações intrínsecas de poder derivadas do controle total exercido pela presença da torre central que “tudo vê”. No que tange ao sistema fabril, o panoptismo pode ser útil até mesmo para se controlar os mecanismos, pois na torre de vigilância podem-se julgar todos os funcionários, e se necessário, alterar seus comportamentos e/ou introduzir métodos de trabalho que asseverem uma maior produtividade.

A ideia do panóptico se baseava em uma edificação no centro, uma torre, cujas janelas possibilitavam o total controle, o conhecimento pleno das ações que ocorriam em determinada instituição ou construção. O escopo do panóptico era a visibilidade e o controle totais de dado ambiente. Conforme indica Foucault (IDEM, 2011, p. 191), o panóptico assegura o funcionamento automático do poder, visto que cunha no prisioneiro ou no trabalhador, a consciência, a sensação de estar permanentemente vigiado, o que faz com que seus corpos, seus movimentos sejam completamente disciplinados com relação àquilo que se deseja.

3.4.7 Privatização dos meios produtivos e exploração capitalista

Em consonância com o pensamento de Marx (1983) e (2006), pode-se afirmar que uma das principais características do capitalismo reside na propriedade privada. Neste sentido, é válido salientar que um dos principais problemas relacionados à exploração do corpo humano pelo capitalismo reside na propriedade privada dos meios de produção. Referindo-se a este mote, VILAS BOAS (2013, p. 21) pronuncia que:

Destaque deve ser dado para o fato de que o capitalista, visando uma maximização de seus lucros, procura obter novos meios de aplicar seu capital, acarretando assim uma maior degradação da qualidade de vida da classe trabalhadora. Neste caso, o indivíduo não detentor dos meios de produção e que possui apenas sua força de trabalho para vender, ou perde seu emprego (pelo emprego do capital em outra área) e assim passa fome, ou se submete às leis do capital.

Quando a privatização passa a ser dominante no que tange aos meios produtivos, a maioria dos seres humanos se depara com um cenário penoso. Restam-lhe duas opções. Serem explorados pelos capitalistas e padecerem com extenuantes jornadas de trabalho ou se recusarem à exploração e se colocarem em situação de miséria, sem os mais básicos meios de subsistência. Percebe-se, que a propriedade privada é um dos alicerces que sustentam o capitalismo. Conforme narra Porto-Gonçalves (2012, p. 57):

A propriedade privada se torna assim, um pressuposto jurídico e político para a economia mercantil capitalista moderna, na medida em que a propriedade *privada* – o nome já o diz – *priva* quem não é proprietário e, assim, constitui a escassez como base da economia (mercantil capitalista). Privar homens e mulheres da riqueza – a começar pela própria natureza, com a propriedade privada da terra – é condição para que se instaure o reino da economia mercantil (a crematística de Aristóteles).

O próprio autor (IDEM, 2012, p. 56-57) ao discutir a questão da desvalorização dos estudos conceituais acerca da riqueza, mostra que a economia moderna mercantil é fundada no conceito de escassez, o que favorece a propriedade privada, pois a privação produz escassez. Nítido exemplo desta situação é a privação da natureza, como no caso da posse da terra. Quando se institui a posse privada da terra, automaticamente instaura-se um quadro de escassez quanto à mesma, pois a terra só estará disponível àqueles que tiverem renda para comprá-la.

Com a propriedade privada da terra, há o aumento da concentração fundiária, acontecimento que causa a gradativa eliminação dos pequenos proprietários rurais e o êxodo

rural. Ao fim deste processo, ao camponês migrado só resta a alternativa de vender a sua força de trabalho aos capitalistas nas urbes. Portanto, não somente a propriedade privada da fábrica, da indústria ou do maquinário, mas também a posse particular da terra promove a exploração de uma grande massa de trabalhadores empregados (e explorados) sob os moldes capitalistas.

Corroborando esta discussão, tem-se os escritos de Ruy Moreira (2006, p. 90):

Com a acumulação primitiva se estabelecem: a forma de propriedade privada capitalista e a hegemonização do capital sobre o trabalho. Na base desta sucessão, iniciando-a e determinando seu rumo, está a separação que se estabelece, no nível da propriedade das forças produtivas entre o conjunto dos meios de produção e a força de trabalho, em razão da qual a população se divide em duas classes distintas: a classe proprietária do conjunto dos meios de produção e a classe proprietária exclusivamente de sua própria força de trabalho. A acumulação primitiva é, assim, a desterritorialização do campesinato (processo em que este é despojado e expulso da terra) e sua transferência para uma nova territorialidade na cidade (processo em que o camponês migrado se proletariza).

Sobre o extrato acima, é válido que se faça algumas considerações. De início, deve-se salientar que nessa divisão da sociedade causada pela propriedade privada, a maioria dos indivíduos se encontra na classe despossuída dos meios de produção, enquanto que uma minoria detentora desses meios produtivos explora seu trabalho, concedendo-lhe remunerações para tal. Como estes pagamentos praticamente sempre estão abaixo do valor produzido pelos trabalhadores, tem-se a exploração da mais-valia e do trabalho humano.

Outro importante aspecto salientado na menção acima é que a privatização dos meios de produção desterritorializa os pequenos produtores rurais, aos quais só resta a opção de migrar para as urbes e vender suas forças de trabalho nas indústrias. Isso também transforma a terra em mercadoria. Conforme aponta Milton Santos (2006), esse processo de desterritorialização do camponês migrante é sucedido quase sempre de um processo de reterritorialização na cidade e de desculturização daquele que migra. Portanto, até mesmo na questão cultural, o camponês desterritorializado pela privatização da terra sai prejudicado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a compreensão do modo como adveio à aceitação e a circulação da teoria dualística corpo/alma na filosofia e na ciência auxilia no entendimento do processo de exploração do trabalho e do corpo humano no modo de produção capitalista, principalmente nas fábricas, que pensam o homem como apenas mais uma das diversas máquinas aglomeradas pelos galpões.

Por muitos séculos o ser humano acreditou na integração total entre corpo e alma, o que conferia um viés místico ao próprio homem, ao mundo e aos fatos que o circundavam. Embora Santo Agostinho tenha exposto a dualidade corpo/alma em suas obras escritas no século V, estas não deram o tom do pensamento predominante naquela época. Foi somente com René Descartes, já no século XVII, que a tese dualística foi aceita no campo metafísico e científico.

Inúmeras foram as repercussões da dualidade corpo/alma no que concerne a vários campos do saber. Na Medicina os avanços são incomensuráveis, visto que após a banalização das dissecações ocorreram muitas descobertas, tanto no que se refere ao funcionamento do organismo humano, quanto com relação a diversas enfermidades que acometiam a humanidade.

Gradativamente, o corpo humano foi se territorializando, transformando-se num território a ser explorado pelo modo de produção capitalista. Neste processo exploratório, o homem é concebido como um capital vivo, ou seja, uma engrenagem do sistema fabril, um fator produtivo, do qual deveria se extrair ao máximo o trabalho para ampliação dos lucros. Obviamente, isto se fez à custa de deletérias e insalubres condições de trabalho e de inúmeros danos às saúdes de homens, mulheres e crianças, que tiveram suas vidas comprometidas e encurtadas devido à incessante procura por lucro.

O assalariamento, e a mais-valia inerente a ele, abrolham como dois fatores que propiciaram a exploração do corpo humano no trabalho, pois submeteram o ser humano à venda de sua força de trabalho para conseguir ter acesso aos bens de que necessitava.

Outra maneira encontrada para dirimir os prejuízos nas fábricas era o controle das atividades operárias. Neste sentido, o panoptismo, a contratação de um funcionário para vigiar os demais, dentre outras ações, foram extremamente úteis aos capitalistas. Destaca-se ainda que, havia uma intenção de disciplinar, de docilizar os corpos, de modo que os movimentos dos trabalhadores fabris fossem perfeitos, funcionassem como máquinas.

Solidificava-se assim a visão mecanicista no que se referia ao ser humano, ou seja, a ideia do homem-máquina, que deveria funcionar ao processo produtivo da maneira mais racionalizada e lucrativa possível. Entendido como máquina, o trabalhador sucumbiu intensamente à exploração nas fábricas, realizando suas funções em condições completamente insalubres e desumanas.

Por fim, a privatização dos meios produtivos, aspecto intrínseco ao modo de produção capitalista, também favoreceu bastante a exploração de milhões de seres humanos, visto que estes sem o acesso aos meios de produção venderam suas forças de trabalho aos capitalistas

em troca de remunerações, que habitualmente são inferiores aos valores do que produziram, estabelecendo-se, destarte, a mais-valia. Assim, corrobora-se a amálgama existente entre privatização dos meios produtivos, assalariamento e mais-valia, sendo que um processo favorece o outro, respectivamente nesta ordem.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, L. A. A Alma, o Corpo e a Psicanálise. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. v. 17, n. 3, p. 35-39, 1997.

CALLINICOS, A. Igualdade e Capitalismo. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A Teoria Marxista Hoje** – problemas e perspectivas. Editora Clacso. 2006, p. 253-270.

CASTRO, M. G.; ANDRADE, T. M. R.; MULLER, M. C. Conceito Mente e Corpo Através da História. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 11, n. 1, p. 39-43, 2006.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1637/2001.

_____. **Meditações Metafísicas**. Tradução: Maria E. Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1641/1999.

ELIADE, M. **Dicionário das Religiões**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2003.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: Anália C. Toares. Porto: Edições Afrontamento. 1975.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. 39ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2011.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução: Roberto Machado. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUSDORF, G. **Mito e Metafísica**. São Paulo: Editora Convívio. 1979.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Loyola. 1996.

MARX, K. **O Capital (Crítica da Economia Política)** – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira - 3ª Edição. 1983. P. 705-1079.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.

MATTHEWS, G. B. **Santo Agostinho**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2007.

MOREIRA, R. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico** – por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto. 2006.

PETRIC, M. C. **Um Enfoque Histórico-Filosófico da Dualidade Mente-Corpo**. Dissertação Apresentada Para a Obtenção do Título de Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil. 2003

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática. 1993.

REALE, G. **Corpo, Alma e Saúde: O Conceito de Homero a Platão**. São Paulo: Editora Paulus. 2002.

ROCHA, E. M. Observações sobre a Sexta Meditação de Descartes. **Caderno de História e Filosofia Científica**. Campinas. Série 3 , v. 16, n. 1, p. 127-144, 2006.

RODRIGUES, J. C. **O Corpo na História**. 1ª Edição. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2001.

SAAD FILHO, A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 16, p. 27-42, 2001.

SALINAS, W. R. A Concepção de Corpo na Obra *Confissões* de Santo Agostinho. In: **Anais do VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica** – Ética na Pesquisa Científica. 2012.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

_____. **Confissões** – Livros VII, X e XI. Tradução: Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Covilhã: LusoSofia:press. 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço** - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP (Editora da USP). 2006.

SMITH, P. J. Sobre a Distinção Mente-Corpo. In: DUTRA, L. H. A.; SMITH, P. J. **Ceticismo: Perspectivas Históricas e Filosóficas**. Florianópolis. NEL-UFSC. 2000, p. 109-135.

TEIXEIRA, J. F. **O que é Filosofia da Mente**. Brasília: Editora Brasiliense. 1994.

WERLANG, G. De Corpo e Alma. **Revista de Antropologia** – USP, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 165-201, 2006.

VILAS BOAS, L. G. **Uma Análise Crítica da Geografia da Saúde Através dos Indicadores: Fome e SIDA/AIDS**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geociências. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

VILAS BOAS, L. G.; MOURÃO JÚNIOR C. A. M. Dualidade Corpo/Alma E A Exploração Do Trabalho No Modo De Produção Capitalista. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.1, art.13, p. 236-264, jan./fev. 2016.

Contribuição dos Autores	L. G. V. Boas	C. A. Mourão Júnior
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X